

A determinação social da saúde e das doenças

Volnei Garrafa

18 JAN 1981

Nesta altura do século XX, já não se pode mais aceitar a visualização da problemática da saúde e doença das pessoas exclusivamente sob o ponto de vista biológico. Principalmente nos países do terceiro mundo — embora isso também aconteça em nações desenvolvidas —, tanto os quadros de saúde como de doença são configurados fundamentalmente pelas condições de trabalho e de vida da sua população.

Esta referência não diz respeito somente à quantidade e qualidade da energia humana dispendida pelos indivíduos em benefício do capital, e à qualidade dos bens de consumo que se puderem adquirir a partir dos salários obtidos pela venda desta energia. Refere-se, também, embora de forma indireta mas não menos importante, aos meios de produção: tanto a matéria prima (objeto do trabalho), como os instrumentos (meios de trabalho), podem interferir no desenvolvimento normal dos organismos das pessoas. Os operários que trabalham com a sílica (matéria prima), por exemplo, são suscetíveis a contrair silicose — séria afecção pulmonar irreversível ocasionada pela aspiração dessa substância. Da mesma maneira, os potentes motores (instrumentos de trabalho) de uma indústria metalúrgica,

dependendo da intensidade do ruído que produzem, podem ocasionar diferentes graus de surdez, desde alterações mínimas até a surdez grave. O I Ciclo de Debates sobre Acidentes de Trabalho realizado em Osasco, em Julho de 1980, denunciou que existem cerca de 30.000 portadores de silicose no Brasil e que somente no Estado de São Paulo havia em fins de 1979, aproximadamente 48.900 metalúrgicos com surdez de vários graus, sendo 8.761 os casos de surdez grave.

Grande parte das estatísticas de mortalidade, nos diferentes países, partem da remuneração recebida pelos trabalhadores e das características de segurança e bem-estar que cercam suas ações; em relação com tudo isso, devem estar incluídas a alimentação conveniente do operário e de sua família, suas condições de moradia e saneamento básico, a educação recebida, etc. Todo este contexto, portanto, revela um corolário de aspectos interligados, os quais são responsáveis diretos pelas melhores ou piores condições de vida humana; maior ou menor número de pessoas sadias ou doentes; tipo e forma de ocorrência dos processos mórbidos.

Assim como o processo de produção constitui um processo social e não-somente

um processo técnico, o processo saúde-doença deve ser encarado também como algo essencialmente social e não como uma simples e exclusiva entidade mórbida e estática, gerada por seres biológicos ou por outras influências externas igualmente sociais.

Tudo isso significa que o componente social — dentro do qual estão incluídos o cultural, o político, o jurídico, o econômico — deve ser considerado como de alto significado na análise da causalidade das enfermidades. O estudo das doenças no homem, individualmente, é casuístico, discriminatório, cientificista; o estudo das doenças na sociedade, vista de uma forma globalizada, relacionada às razões e formas de constituição dos diversos grupamentos sociais, é científico, pois representa em sua essência o conceito de **UNIDADE**.

Na verdade, o conceito de **unidade** vem sendo indiscriminadamente utilizado, sem um conveniente respaldo teórico que justifique seu uso; muito se discursa sobre "unidade cristã", "unidade nacional" e outras. O conceito correto de unidade deve refletir, no entanto, um todo orgânico, indivisível, inseparável, que não pode ser enfocado de modo isolado, não integrado a um todo mais completo e complexo que con-

figura a realidade que nos cerca. Trata-se, portanto, da negação da fragmentação do homem e sociedade, e do reconhecimento e afirmação da totalidade social como determinante das particularidades que ocorrem nesta sociedade.

Neste sentido, o estudo do homem coletivamente considerado não pode (ou não deve...) ser desenvolvido sem a análise do mesmo dentro da sociedade da qual faz parte. Esta sociedade, conforme foi dito, é configurada pelas relações sociais dos homens no processo de produção e consumo de bens, e conformam a existência de classes sociais, que se caracterizam por desigualdades entre os direitos e obrigações dos seus representantes.

Desta forma, são as condições de trabalho (e com elas as condições inerentes de vida) que emanam das relações sociais de produção, que determina em grande parte a forma e as condições de adoecer e/ou morrer dos indivíduos em uma sociedade dada. Sabe-se, no entanto, que em uma sociedade de classe ocorre usualmente a legitimação das idéias da classe dominante; nestes casos, a saúde de toda a população bem como as formas de prevenção e/ou controle das doenças por parte dos governos, está determinada por estas circunstâncias.